

Do fascismo histórico ao microfascismo tropical: um giro conceitual

*Lucas Donhauser*¹
*Danichi Hausen Mizoguchi*²
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir as implicações da noção de fascismo no que se refere à análise de nossa atualidade, tendo em vista nosso cenário político mais recente, marcado pelas relações de ódio. Apresentaremos quatro concepções que permeiam o debate e as disputas pelo seu sentido: fascismo histórico, neofascismo telemidiático, fascismo da ambiguidade e microfascismo (tropical). Daremos mais ênfase em nossa análise ao microfascismo tropical, visando a construção de pistas teórico-metodológicas que permitam avaliar nossas práticas e o modo como investimos nossas relações sociais.

Palavras-chave: Brasil; fascismo; racismo; micropolítica.

DONHAUSER, Lucas; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. **Do fascismo histórico ao microfascismo tropical: um giro conceitual.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (24): 525-540, setembro a dezembro de 2023. ISSN: 2358-5587

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

From historical fascism to tropical microfascism: a conceptual turn

Abstract: This article aims to discuss the implications of the notion of fascism with regard to the analysis of our current situation, in view of our most recent political scenario, marked by hate relations. We will present four conceptions that permeate the debate and disputes over their meaning: historical fascism, telemedia neo-fascism, fascism of ambiguity and micro-fascism (tropical). We will give more emphasis in our analysis to tropical micro-fascism, aiming at building theoretical-methodological clues that allow us to evaluate our practices and the way we invest our social relations.

Keywords: Brazil; fascism; racism; micropolitics.

Del fascismo histórico al microfascismo tropical: un giro conceptual

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir las implicaciones de la noción de fascismo en relación con el análisis de nuestra situación actual, frente a nuestro escenario político más reciente, marcado por las relaciones de odio. Presentaremos cuatro concepciones que permean el debate y las disputas sobre su sentido: fascismo histórico, neofascismo telemático, fascismo de la ambigüedad y microfascismo (tropical). Daremos más énfasis en nuestro análisis al microfascismo tropical, con el objetivo de construir pistas teórico-metodológicas que nos permitan evaluar nuestras prácticas y la forma en que invertimos nuestras relaciones sociales.

Palabras clave: Brasil; fascismo; racismo; micropolítica.

Talvez um dos problemas mais urgentes do contemporâneo, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, seja o fascismo. Isto não é algo novo, certamente, mas talvez novo seja o modo como ele vem se tornando enunciável socialmente e a que se refere o seu enunciado. Por exemplo, o racismo, a xenofobia, a misoginia, a transfobia poderiam ser entendidas como variações do fascismo? E se colocados sob essa perspectiva, não haveria o risco de recaírem em um certo esvaziamento do seu sentido a ponto de se desconsiderar as especificidades de cada questão?

Conforme o problema vai ganhando uma importância no debate contemporâneo, há um esforço para submetê-lo às condições que estão sendo postas em nossa época. E nossa época é a época dos feitiços, ou dos encantamentos – sobretudo do fascismo. Para os encantamentos do presente temos o encantado, “um encorpado que já nem corpo é e, ao mesmo tempo, só corpo tem” – é assim que o define Luiz Antonio Simas (2022: 65). Mas se o encantado de que fala Simas “é aquele que se colocou disponível para mudar, alterar o corpo, transformar a experiência, atravessar e enxergar de outras formas a vida como caminho de negação da mortandade e afirmação da beleza do ser para a liberdade como ato fundante do existir” (2022: 65), o encantamento e os encantados de nosso presente são de outra natureza: embora alterem o corpo e transformem a experiência, não há, por sua vez, negação da mortandade, mas a sua radical afirmação; e não há outra beleza para esse tipo de encantamento a não ser a destruição de todo existir.

Nesse sentido, podemos dizer que o problema do fascismo, na cena brasileira, se desdobra em pelo menos dois: o primeiro se refere ao momento em que ele se torna visível e dizível – e temos a impressão de que as Jornadas de Junho de 2013 e mais adiante o golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff, o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, a prisão política de Lula e a vitória de Jair Bolsonaro são o ponto de inflexão discursivo sobre o fascismo. O segundo problema, por sua vez, refere-se a sua circunscrição conceitual: a que fascismo nos referimos toda vez que apelamos a ele para compor nossos discursos e para fazeremos um diagnóstico de nossa atualidade? E será esse último problema que buscaremos acompanhar mais de perto.

Nossa intenção não é responder a todos os problemas que emergem quando o fascismo é trazido à cena, e também não temos nenhuma pretensão exegética. Buscaremos acompanhar as modulações do fascismo com a pretensão de ampliar o debate contemporâneo.

Fascismo histórico e neofascismo

O fascismo de ontem não é o mesmo de hoje, e estaríamos desconsiderando as transformações históricas se tentássemos analisar o presente tendo como ponto de partida unicamente as experiências fascistas do passado: a italiana e a alemã. Essa é a argumentação de Márcia Schuback (2021). Primeiro, antes de

chegar a posicionar os acontecimentos que dizem de um Brasil fascista, ela retoma o que foi o fascismo histórico; depois, marca não só as suas diferenças, mas a modulação que lhe é própria. É só a partir disso que se poderia colocar a atualidade sob o ângulo do fascismo.

Há um momento de inauguração do fascismo: o século XX, mais especificamente a partir de 1915, na Itália, com Benito Mussolini. O termo fascismo, que vem do latim *fascis* e significa feixe, remete a um objeto símbolo de poder e autoridade utilizado pelo lictor, magistrado na Roma antiga. O emblema que lhe é próprio são as varas de lictor agrupadas e amarradas em um machado de bronze. É esse o sentido que Mussolini queria dar ao movimento fascista que depois se tornaria o Partido Revolucionário Fascista: a unificação total da nação italiana em torno de si.

O fascismo surge como uma doutrina da ação, uma necessidade de ação que pressupunha a mobilização das emoções, isto é, a sua capacidade de pôr em movimento. Para que isso efetivamente acontecesse, a relação entre o povo e seu Duce, o seu condutor, deveria ser estabelecida de modo que o Duce assumiria a condição de representação do povo, e o povo, por sua vez, encarnaria a figura de seu condutor. A doutrina fascista não seria teórica, e Mussolini tratou de estabelecer essa diferença: enquanto na doutrina teórica haveria um conjunto de saberes que precisariam ser transpostos à prática, na doutrina fascista a ação é o fundamento; ela passa antes pelo *pathos* que pelo *logos*, daí que a sua filosofia jamais recairia em contradição.

Mas a mobilização do *pathos* e sua capacidade de pôr em movimento teria por finalidade o quê, propriamente? Ou melhor, agiria de que maneira? A resposta é direta: a doutrina fascista age belicamente. Só a guerra é capaz de mobilizar toda força e emoção humanas, e reunir a todos em uma mesma unidade. “O Duce, o grande condutor, é o condutor eletrizante de toda energia humana que somente na guerra – ou seja, no ódio – alcança a sua máxima tensão” (SCHUBACK, 2021: 13). Como afirma Mussolini, na doutrina fascista não é a nação que gera o Estado, “ao contrário, é o Estado que cria a nação, conferindo volição e portanto vida real a um povo consciente de sua unidade moral”, e mais: “o Estado fascista, como expressão mais alta e poderosa de personalidade, é uma força, mas uma força espiritual, a soma de todas as manifestações da vida moral e intelectual do homem” (MUSSOLINI, 2019: 18-9). Seu objetivo seria o de remodelar cada sujeito no seu caráter e na sua fé (corpo e alma), usando a disciplina e a autoridade, e governando a todos de modo inquestionável.

O fascismo implicaria então seu condutor, o Duce, o Estado e o povo. O Duce é o Estado e o mobilizador da força do povo; ele é a própria força de mobilização de outras forças à construção de uma nação forte. O Estado, para Mussolini, é a pedra fundamental da doutrina fascista, possuidor de uma essência, como ele mesmo afirma: “Para o fascismo, o Estado é absoluto, os indivíduos e grupos são relativos. Indivíduos e grupos são admissíveis na medida que venham no bojo do Estado” (MUSSOLINI, 2019: 33). Todos devem demonstrar sua paixão verdadeira na medida em que forem capazes de oferecer suas próprias vidas pela vida de sua nação, na medida em que forem capazes de demonstrar o seu amor à vida eterna do fascismo mesmo na morte. Em sua conferência sobre o fascismo eterno, Umberto Eco narra como ganhou, aos dez anos de idade, o primeiro prêmio para jovens fascistas italianos: “[Eu] tinha trabalhado com virtuosismo retórico sobre o tema: ‘devemos morrer pela glória de Mussolini e pelo destino imortal da Itália?’ Minha resposta foi afirmativa. Eu era um garoto esperto” (2020: 9).

A economia da nação fascista passaria necessariamente pela mobilização da força, uma mobilização que só pode acontecer à medida em que Duce, Estado e povo se tornam um. O *pathos* necessário à economia fascista não ocorreria sem essa união, mas também não sem passar por outro componente: o racismo. Nesse sentido, o fascismo e sua economia são o produto do racismo, pois a mobilização, para ser total, requer a produção do inimigo e de sua política da inimizade, a ação beligerante que implica a destruição total do outro.

Do fascismo histórico ao neofascismo, a diferença não pode ser tomada de modo comparativo. Tratar-se-ia de uma nova experiência, uma mutação não reconduzível à primeira manifestação histórica. Essa mutação pode ser acompanhada pelo poeta e cineasta italiano Pier Paolo Pasolini, que vai propor uma alteração da concepção do fascismo ligado às novas formas de tecnologia de sua época e a emergência de uma sociedade de consumo e uma cultura midiática.

O neofascismo é uma ruptura com as formas de organização do fascismo histórico e especialmente em relação ao seu discurso, tendo em vista a substituição da cultura popular pela cultura midiática – uma nova forma de genocídio cultural. Nas palavras de Pasolini (2020: 270): “Eu acredito, e acredito profundamente, que o verdadeiro fascismo é aquele que os sociólogos, com excessiva indulgência, chamam ‘a sociedade de consumo’”. Para ele, o neofascismo telemidiático prescindiria de valores como tradição, família e religião.

Do neofascismo telemidiático de Pasolini, Schuback faz um salto. O novo fascismo, não mais aquele de Mussolini e Hitler, passaria por outro aspecto: a ambiguidade; um fascismo da ambiguidade que não é propriamente ambíguo, mas que produz “excesso de sentido, esvaziamento de sentido: esse é o ritmo de uma operação de sentido, que esvazia o sentido pela sua exacerbação, pela sua hipérbole” (SCHUBACK, 2021: 42-3). A ambiguidade das formas de sentidos e valores seria o motor da nova forma de fascismo contemporâneo. Sendo assim, “a meta inequívoca do neofascismo encontra, na ambiguidade de todos os sentidos e valores, o seu método” (SCHUBACK, 2021: 43).

Alguns exemplos do que seria essa nova operatória são apresentados: o sentido político do voto e o exercício da cidadania; a liberdade de expressão; as relações e a hiperconectividade; o esvaziamento pela exacerbação, no capitalismo, do valor de uso dos bens. O voto perde seu sentido político pela exacerbação, pois se o fascismo se pretende mais democrático que a democracia, as redes sociais levariam à cabo esse objetivo – o suposto exercício da cidadania. “Em lugar da histórica mobilização das massas, as ‘redes’ atraem indivíduos atomizados, consumidores isolados e empobrecidos para ligações sem ligações, relações sem relações, sentidos sem sentidos, valores sem valores” (SCHUBACK, 2021: 44). A liberdade de expressão, pela exacerbação, perde seu sentido; a preocupação do fascismo não seria reprimir e censurar, mas hiperbolizar a liberdade de expressão, de modo a ser mais livre e democrática que a liberdade de expressão da democracia. E esse excesso de liberdade de expressão se traduziria no direito para expressar posições racistas, homofóbicas, violentas que colocam o outro na iminência da aniquilação. O sentido de “relação”, pela exacerbação, também é esvaziado; a hiperconexão tem como efeito a desconexão. Uma hiperconectividade que desconecta pela exacerbação.

Os sentidos no fascismo da ambiguidade são esvaziados, de modo a provocar um curto-circuito. Qualquer sentido de qualquer coisa passa a ser equivalente a qualquer coisa que se queira. O racismo se torna rapidamente liberdade de expressão, assim como defender o nazismo. Além disso, haveria uma operatória do

fascismo, pela ambiguição, que serviria ao funcionamento do capitalismo no contemporâneo. Nele, o sentido de valor de uso das coisas se torna sentido de valor de troca, perdendo, assim, o sentido do seu valor ao mesmo tempo que ganhando uma nova forma de sentido de valor. “Com isso, torna todos os sentidos equivalentes e ambíguos. Misturando o sentido de igualdade ao de equivalência, confunde o sentido de valor ao afirmar que tudo tem o mesmo valor” (SCHUBACK, 2021: 50). A ambiguição ocorre quando todas as formas perdem o seu sentido ao mesmo tempo que ganham sentido. É como se o sentido das coisas fosse desterritorializado e no seu lugar qualquer reterritorialização de sentido pudesse se dar.

A ambiguição das formas de sentido remete a três distinções: o sentido como significado, isto é, a atribuição de significação pela via da representação palavra; sentido como sensação afetiva pela via dos sentidos sensíveis, o corpo; e sentido como direção ou rumo. Essas três dimensões das formas de sentido, embora distintas, operariam no fascismo da ambiguidade, mas o que viria primeiro, segundo Schuback, é o terceiro sentido que remete, antes de qualquer significação, a uma direção enquanto experiência no mundo; é ela que produziria, em um segundo momento, as significações. O modo como a experiência no mundo se encaminharia seria ambígua, produzindo a ambiguidade das significações.

O problema do fascismo não se colocaria em termos de uma contradição entre liberdade e censura, onde o fascismo se afirmaria pela censura da liberdade, mas justamente por tornar a forma de sentido de liberdade uma forma de censura, de tal maneira que será necessário afirmar uma liberdade ainda maior que a liberdade censora. A ambiguição “substitui o sentido de liberdade de expressão por uma prática de libertarianismo de expressão, orgulhando-se da coragem de dizer o que o politicamente correto censura dentro de si mesmo”. Dessa maneira, “é o politicamente correto que exerce censura, a autocensura, ao passo que a fala fascista aparece como excesso da liberdade de expressão” (SCHUBACK, 2021: 45).

A contribuição dessa análise sobre o fascismo opera um deslocamento da perspectiva do fascismo histórico, que veria na figura do Duce e do Estado, e de um conjunto de valores, a sua forma. No fascismo histórico, preservar a imagem do líder é fundamental, enquanto no fascismo da ambiguidade as imagens são também levadas a sua exacerbação, de modo a se tornarem imagens de imagens, máscaras de máscaras, caricaturas de caricaturas, ao ponto de se poder dizer que uma caricatura é e não é uma caricatura.

Nesse deslocamento de perspectiva, sob os efeitos de uma alteração do próprio funcionamento do fascismo, o que está sendo posto é que não há mais possibilidade de enunciar uma forma específica de fascismo que se limitaria à figura de um líder e na forma de Estado. Isso implica dizer que não é possível atribuí-lo às posições bem delimitadas do jogo político, tal como, por exemplo, uma direita fascista e uma esquerda antifascista. A ambiguição pode operar tanto em um lado quanto no outro, de modo a exacerbar os sentidos tanto de um quanto de outro.

Micropolítica do fascismo

Se há um deslocamento na perspectiva do fascismo contemporâneo, ainda assim não poderíamos desconsiderar a emergência de um líder fascista como figura de Estado. No caso brasileiro, isso é muito perceptível, ao ponto de ser possível falar em um fenômeno chamado bolsonarismo – Bolsonaro como atualiza-

ção das figuras históricas do fascismo. E é inegável que ele elevou, desde a redemocratização, ao grau máximo o nosso assombro tropical. Também não faltariam elementos que nos conduzissem a uma análise das semelhanças do nosso fascista tropical e Mussolini ou Hitler – e nem mesmo a presença da ambiguidade das formas de sentido que lhe caracterizariam.

O grande problema é que tudo vai se complicando à medida em que as análises avançam. E são os problemas mal colocados que nos impedem de formular outros um pouco mais adequados. O primeiro deles se limita a enxergar o fascismo como uma atualização do fascismo histórico; quer dizer, do modo como o fascismo histórico foi concebido, centrado na figura do líder e na forma de Estado. Nesse caso, só pode haver fascismo se o líder ascender ao poder, e a implicação disso é que desconsideramos todo investimento de desejo que povoa o campo social e que lhe é primeiro. É como se a emergência do líder fascista fosse a causa do fascismo, o que poderia nos levar a crer que a simples presença do Duce por si só autorizaria todos aqueles identificados a ele, a saírem de seus esconderijos sombrios. O segundo falso problema que essa perspectiva coloca é a de que bastaria, então, trocar a figura do poder, o seu representante. A equação se torna simples e cômoda: ao tirar o líder fascista, a massa identificada tenderia a recuar. E se poderá ouvir com muita segurança: vencemos!

E se invertêssemos a perspectiva; quer dizer, se sustentássemos que o líder só emerge como efeito de um campo social que investe libidinalmente o fascismo, quais problemas seríamos forçados a enfrentar? Podemos dizer que pelo menos dois: seríamos forçados a investigar em que momento essa inflexão acontece, e, segundo, obrigados a considerar o fascismo na sua dimensão desejante; nesse sentido, que as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo.

Embora não faça menção às contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, vemos razões para continuar com o problema enunciado pelo fascismo da ambiguidade em sua crítica e deslocamento da perspectiva que se limitaria às referências ao fascismo histórico. Uma outra questão emerge: se o fascismo, tal como o conceberemos, descola-se do fascismo histórico e de suas figuras históricas, abriremos mão dele na radicalidade; ou melhor, devemos insistir na tarefa de perscrutar as modulações contemporâneas do fascismo sem referências ao fascismo histórico? A questão é um pouco mais complexa, uma vez que, para Deleuze e Guattari (2011; 2012), retomar as experiências históricas do fascismo, especialmente a experiência nazista, é já operar uma radicalização da concepção. Não interessa propriamente Hitler ou Mussolini. Na radicalidade, eles estão sustentando que até mesmo no fascismo histórico não se trata de outra coisa a não ser dos investimentos inconscientes de desejo. É esta a preocupação que os anima: o desejo. Eles não estão preocupados com as semelhanças presentes em cada experiência histórica. De igual modo, precisamos salientar que não nos interessa encontrar as semelhanças das formas assumidas do fascismo no que se refere à realidade brasileira.

Quando Michel Foucault (2013) escreve o prefácio de *O anti-Édipo* na tradução em inglês, em 1977, publicado no EUA, ele dá uma importante chave de leitura da obra: o fascismo. *O anti-Édipo* seria uma ferramenta de combate ao fascismo; não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, “mas também o fascismo que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora” (FOUCAULT, 2013: 105). O trabalho de Deleuze e Guattari seria uma introdução à vida não fascista. Assim, logo de saída, Foucault faz desabar toda solidez das certezas e, tal como Pasolini, nos obriga a sair do conforto e

assumir os riscos. Todo antifascismo passa então a ter de se colocar à prova, atento aos perigos de poder oscilar de um polo ao outro, pois que o problema não se coloca mais, ou se coloca muito pouco, em termos de uma circunscrição óbvia do visível e do dizível. Ele se refere antes às posições de desejo.

Se de um modo muito superficial podemos dizer que os fascistas assumem tal posição conscientemente, quando o problema do desejo é colocado na centralidade da analítica o que se impõe é a necessidade, em um primeiro momento, de se estabelecer uma distinção entre o que seria um investimento pré-consciente de interesse e um investimento inconsciente de desejo. É que o modo como o desejo investe o campo social e por ele é investido precipita-se em uma lógica de funcionamento que contraria, muitas vezes, os interesses de um indivíduo, grupo ou classe. “Uma forma de produção e reprodução sociais, com seus mecanismos econômicos e financeiros, com suas formações políticas etc., pode ser desejada como tal, no todo ou em parte, independentemente do interesse do sujeito que deseja” (DELEUZE; GUATTARI, 2011: 143). Essa questão é retomada por Deleuze no diálogo com Michel Foucault. Ele dirá que é a natureza dos investimentos de desejo que explicaria, por exemplo, “por que partidos ou sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários no nível do desejo” (DELEUZE; FOUCAULT, 2017: 140).

Se pode haver, a nível dos compromissos ético-políticos que assumimos com determinada classe social ou profissional, programa político ou partidário, uma distinção radical que nos colocaria em polos antagônicos, por outro lado, o modo como as relações são investidas pode nos fazer oscilar e nos posicionar em um outro polo que a princípio nos seria totalmente alheio, atribuído a esse outro. Nesse caso, quando se trata de investimento de desejo, não há nenhuma contradição. A oscilação de posições não traz consigo nenhuma garantia de estabilidade, e podemos passar de um polo esquizo-revolucionário a um polo paranoico-fascistizante muito rapidamente e de modo imperceptível, isso porque o deslocamento, a passagem, é mais veloz que a percepção da consciência de um suposto sujeito, está aquém dela.

A preocupação com o modo como o desejo investe o campo social, oscilando ora em um polo, ora em outro, constitui, segundo os autores, um dos objetos principais da esquizoanálise, e foi precisamente isso que Foucault compreendeu. Se o fascismo diz especificamente de um polo de investimento de desejo no qual podemos rapidamente estar incluídos, é porque diz de um certo modo de funcionamento, uma ação, uma prática e, nesse sentido, nem mesmo as organizações e partidos de esquerda estão a salvo.

Reencontramos então Schreber, o grande paranoico – mas também o grande esquizo. É que não se trata de identidade ou estrutura, mas de processo, e como tal, de oscilação permanente. Ora, mas a identidade existe, evidentemente, e isso tanto a nível de uma reiterada e consistente ficção-fixação, quanto de uma ficção-mutação. Schreber não é ou paranoico ou esquizo, ele não está ou em um polo ou no outro, e mesmo que fixado em um dos polos, o fascista, os conjuntos de investimento libidinais históricos e políticos não param de atravessá-lo, seja para achatá-lo ainda mais, seja para arrastá-lo. No delírio de Schreber há sempre um deus superior e um deus inferior que o acompanham. “A capacidade de realizar o mencionado milagre da emasculação é própria dos raios do deus inferior (Ariman); os raios do deus superior (Ormuzd) têm a capacidade de restabelecer a masculinidade em determinadas condições” (SCHREBER, 2021: 75). Ariman, o

deus inferior da “raça morena”, os semitas; Ormuzd, o deus da raça superior ariana, a “raça loura” (SCHREBER, 2021: 50). Mas, em todo caso, nesses investimentos que ora o aproximam de um, ora de outro, “o psicanalista diz que se *deve* descobrir o papai sob o Deus superior de Schreber e até mesmo o irmão mais velho sob o Deus inferior” (DELEUZE; GUATTARI, 2011: 27). Freud não entendeu que o próprio Hitler prestava culto a Ormuzd, e muito em breve tentaria instaurar o reino da raça ariana, e não há dúvida de que se trata de um componente racista muito presente no delírio de Hitler, “enfim, e talvez isso seja o essencial, um delírio racista, uma energia paranoica louca, que o colocava no diapasão da pulsão de morte coletiva que havia exalado dos ossários da Primeira Guerra Mundial” (GUATTARI, 1985: 183).

Mas devemos ressaltar que nem todo paranoico é um fascista, ou, ao contrário, nem todo fascista é um paranoico. A questão é outra. Se se pode falar em polo paranoico não é porque se veria operando ali as determinações familiares, muito menos que se trataria de um transtorno de ordem psicopatológica. O polo é paranoico-fascistizante precisamente porque se fecha e evita toda e qualquer possibilidade de abertura que possa submetê-lo a um desmoronamento de sua existência. Ele teme a morte, mas igualmente a loucura, pois tanto um quanto o outro o levariam à ruína do seu império interior e exterior. Ele então se protegerá, levantará os muros de sua fortaleza.

O muro é uma espécie de contrafuga paranoica que impede tanto as saídas quanto as entradas. E não nos espantamos quando vemos as fronteiras que se levantam, as zonas militarizadas quando os fluxos migratórios que percorrem o globo ameaçam a garantia de estabilidade econômica, política e subjetiva – é a ameaça sentida ao nível das identidades, o temor de perder o chão, o solo. A contrafuga fascistizante opera com toda a sua força contra os fluxos loucos que ameaçam de dentro e de fora – o inimigo está em toda parte, inclusive dentro de cada um. De certa maneira, parece que estamos descrevendo um modo paranoico de defesa, reduzindo o fascismo a um recrudescimento identitário e conservador. Isso acontece, evidentemente, mas não podemos nos prender a uma única imagem estereotipada do fascismo. Veremos que tudo se complica à medida em que o próprio fascismo modula com os movimentos da história, ganhando contornos compatíveis com o neoliberalismo – os perigos de um fascismo surfando na onda de uma ideia de liberdade individual e de um livre mercado que nos possibilita empreender livremente, sem as restrições do Estado.

O problema de oscilação de polo e dos investimentos pré-consciente de interesse e inconsciente de desejo faz emergir o problema de grupo. Ora, um grupo pode assumir um compromisso que esteja alinhado ao polo revolucionário a nível do interesse, mas estar funcionando no polo do investimento fascista de desejo. É a distinção, portanto, entre grupo sujeito e grupo sujeito, em que o primeiro, embora consciente do seu compromisso, faria passar toda subordinação ao campo social, toda difusão da antiprodução do desejo revolucionário: as hierarquias, os narcisismos, as mistificações, a superegotização e a castração.

Embora presente no *O anti-Édipo*, publicado em 1972, a preocupação com o modo como os grupos se formam e operam perpassa o trabalho de Guattari muito antes do encontro com Deleuze. No texto *A transversalidade*, escrito em 1964, Guattari (1985) abordará o problema de grupo e os riscos que o atravessam: o sem sentido e a morte. O grupo sempre está diante desses dois riscos e tendo que se haver com eles a todo instante. O sem sentido, ou *nonsense*, emerge quando o grupo passa por um deslizamento em que as determinações dos papéis e da pró-

pria função do grupo rui. Aquilo que dava sentido ao grupo e a cada um desmorona, as palavras perdem a significação, o bode expiatório se esfumaça, os fantasmas individuais se abrem para sua dimensão de grupo, o líder sai de cena e inclusive o analista é destituído da sua posição de autoridade. Um partido que assume, a nível de interesse, uma certa missão revolucionária, pode fazer emergir uma gama de sintomas que revelam uma pulsão totalmente mortífera e que contraria o compromisso assumido. E o grupo poderá preferir manter o balbuciar das palavras de ordem, como destaca Guattari (1985), que enfrentar a perda do sentido e das funções ali existentes.

O problema do *nonsense* tangencia, de certo modo, a loucura, na medida em que a fantasia de estilhaçamento, tão presente nas psicoses, opera no interior do grupo. Isso quer dizer que o *nonsense* e a loucura não estão apartados do problema da fantasia de morte. Essa fantasia perpassa as relações do grupo, e lança-se mão de todo um conjunto de meios que obturam e o impedem de poder enunciar um outro modo de existência que não aquele já determinado. “Ele terá de secretar sem parar mecanismos de defesa, de denegação, de recalque, phantasias de grupo, mitos, dogmas etc.” (GUATTARI, 1985: 94). E isso implicará, em algum grau, a sujeição sintomática ao seu modo de funcionamento e como destino a mortificação do próprio grupo. Foi assim na Alemanha, assinala Guattari: “assim, as massas alemãs, na época do nazismo, viveram sob o domínio de um fantasma de fim de mundo associado a uma mítica redenção da humanidade” (2019: 128-29). Então vemos que o problema do fascismo enquanto polo de investimento de desejo não se liga a sujeitos específicos, mas os toma, especialmente no seio dos grupos. Isso significa, para além de qualquer figura de grupo, por exemplo Hitler, que há toda uma micropolítica fascista atuante em todos os espaços de relações sociais, em todo campo social, e que concerne ao nosso tempo agora, não sendo aquilo que ficou no passado.

Entre um regime totalitário e um fascista, o que está em jogo é o modo como o investimento libidinal opera. É que uma segunda distinção, agora entre um regime e outro, se faz necessária, mesmo que os métodos repressivos, as torturas etc., sejam semelhantes. Mesmo que dele prescinda, todo perigo aumenta quando a maquinaria fascista se apropria do Estado, pois que nesse momento estaremos mais perto do nazismo do que possamos imaginar. A esse respeito, a passagem do regime fascista a um totalitário ou mesmo a uma democracia burguesa se dá devido ao fato de que o fascismo desperta um desejo demasiadamente poderoso nas massas, um desejo de destruição que ameaça a própria existência das democracias – e no limite do capitalismo. Isso era claro em relação a Hitler e Mussolini: “de fato, o que estava, na ocasião, em questão, era a *seleção* de um bom modelo. A fórmula fascista ia de mal a pior. Tornara-se necessário eliminá-la e encontrar uma melhor” (GUATTARI, 1985: 183).

Paul Virilio já havia dito – e Deleuze e Guattari (2012) retomam esse ponto muito bem – que o fascismo não é um Estado totalitário, mas sim suicidário. Não é mais o Estado que se apropria da máquina de guerra e faz funcionar todo tipo de violência em proveito de seu poder total, mas a própria máquina de guerra fascista que se apropria do Estado e faz passar através dele a guerra absoluta que resultará, no limite, no suicídio do próprio Estado. O fascismo surfa em uma linha de fuga suicidária; ele é, com efeito, uma máquina mortífera. “É que, diferentemente do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras” (DELEUZE; GUATTARI, 2012: 123). O telegrama 71 enviado por Hitler quando a Alemanha está prestes a perder

a guerra é taxativo: se a guerra está perdida, que pereça a nação. O homenzinho de mãos trêmulas, diz Foucault, “no fundo do seu bunker, corado por quarenta milhões de mortos, não pedia mais que duas coisas: que todo o resto fosse destruído acima dele e que lhe trouxessem, até ele arrebentar, doces de chocolate” (FOUCAULT, 2010a: 13). Hitler somará seus esforços aos esforços do inimigo para consumir a destruição do seu próprio povo. “Era já essa reversão da linha de fuga em linha de destruição que animava todos os focos moleculares e os fazia interagir numa máquina de guerra, em vez de ressoar num aparelho de Estado”; era, além do mais, “*uma máquina de guerra que não tinha mais objeto a não ser a guerra*, e que aceitava abolir seus próprios correligionários antes do que deter a destruição” (DELEUZE e GUATTARI, 2012: 125).

Microfascismo tropical

Se Foucault entende que *O anti-Édipo* é uma ferramenta útil para uma vida não fascista, para combater a paixão pelo poder, isso que nos explora e nos domina – a advertência é direta: não caiam apaixonados pelo poder –, temos que ver aí os perigos que estavam em jogo desde o final do século XX em escala planetária. Além do mais, se o problema é antes relacionado ao modo como oscilamos ora em um polo, ora noutro, isso não quer dizer necessariamente que se trate, como dissemos, de sujeitos – o eu que oscila. É antes um problema político-social: o campo social pode oscilar em um polo ou no outro.

Como afirma Guattari (2019), o problema do fascismo não é algo que ficou na história, acidentes há muito superados, senão o que continua a habitar nossos universos de virtualidade. Ele é, com efeito, uma realidade possível de ser atualizada, a depender do modo como o desejo investirá o campo social. Sendo assim, a história jamais nos garantirá que tenhamos cruzado definitivamente os limiares progressistas que nos distanciariam para sempre desses supostos acidentes, como se se tratasse de um erro de trajetória. E no que concerne à nossa realidade, temos que concordar com a análise feita em 1992, no ano de sua morte: “um microfascismo, sob distintas formas, prolifera nos poros de nossas sociedades, e se manifesta através do racismo, a xenofobia, o ressurgimento dos fundamentalismos religiosos, do militarismo e da opressão das mulheres” (GUATTARI, 2019: 131).

No ponto que nos interessa, tomando as indicações que nos acompanham, trata-se de dizer que há uma inflexão em curso da atualidade brasileira em que um assombro tropical parece ter colonizado todo plano de imanência sob o qual nos complicamos – dobra de dobra. Por isso, colocar o problema do fascismo nos é útil para além da qualificação de alguém, um grupo ou um partido; ele nos serve para diagnosticar essa força que tem se alastrado de modo imperceptível e que não está presente neste ou naquele, mas entre este e aquele. E se há referência a alguém, um grupo ou partido, é somente na medida em os tomamos como sintomas desse assombro, independentemente do modo como se configuram as diferenças no plano do interesse.

O fascismo continua sendo um feixe, mas, ao contrário do modo como anteriormente se manifestava, através de uma forma bem definida, isto é, as varas de lictor que se agrupavam ao machado, ele é, em sua modulação atual, uma espécie de feixe assombroso que não mais se agrupa em torno de uma unidade, mas se propaga; uma força de propagação que penetra onde ninguém poderia imaginar, tal como um vírus – ou uma bactéria.

Em um texto publicado em 1935 por Oswald de Andrade chamado *A retirada dos dez mil*, ele fará uma crítica ao movimento integralista brasileiro. Sarcástico

como ninguém, ele se dirige ao Sr. Plínio Salgado, o grande fascista tropical de até então, que havia convocado um desfile de dez mil atletas integralistas para o dia 16 de junho de 1935, mas que, ao final, precisou ser cancelado.

À medida em que a crítica é tecida, a ironia ao integralista aumenta. Plínio, um nacionalista ferrenho, queria tomar o poder do Estado e enfrentar as Forças Armadas, mas de um modo esquisito; ele dizia contar com um exército de dez mil atletas em São Paulo, e, segundo Oswald, a aritmética integralista anunciava 400.000 fardas assombradas pela cínica ingenuidade. “Podendo concentrar 10.000 camisas-verdes em São Paulo, restaria a Plínio Boliche achar 390.000 nos outros Estados ou cerca de 20.000 por Estado. Caudaloso movimento espírita!” (ANDRADE, 2021: 637). Mas a questão é que Plínio contava não com a força do seu exército de camisas-verdes; ele esperava que o poderio estrangeiro o acudisse.

Na sequência, Oswald simula o que seria a fala de Plínio sobre a tomada de poder pelos integralistas e a ajuda estrangeira: “Já entraram na conspirata o fascismo italiano e o fascismo alemão por quem sinto imensa ternura. Estou também namorando o imperialismo nipônico. E mais, já possuo pontes na direção dos banqueiros ingleses e americanos!!” (ANDRADE, 2021: 638). Irônico, o antropófago quer revelar aos seus leitores que a força nacionalista do integralismo é na verdade uma fraqueza inconfessa, e Plínio, àquela altura, não podia contar nem mesmo com o Exército nacional, o maior depenador de galinha-verde que se conhecia. A ironia consistia, além disso, em mostrar que ao insuflar os integralistas com a força fascista estrangeira que viria ao seu socorro, ele se esquecia que, se aqui aportassem, a primeira coisa que fariam seria devorar o próprio Plínio e seus camisas-verdes. Oswald arremata com uma pergunta, não menos irônica, referindo-se ao consulado italiano no Brasil: será que os camisas-pretas do consulado italiano defenderiam a causa nacional do que eles consideram uma nova Etiópia?

Se bem que era provável que os alemães e italianos temessem o integralismo, pois dada a sua degeneração sífilítica, poderiam contaminar o verdadeiro espírito fascista. É que o Sigma (Σ) do integralismo e orgulho do seu chefe era nada mais, nada menos, que o símbolo médico da sífilis. É este o diagnóstico sarcástico que faz o antropófago, ao colocar a força fascista do integralismo como uma força de degeneração sífilítica. “O embotamento que produz a demagogia microbiana do Sigma não deixa ver claro, as contradições sujas do chefe que o trai” (ANDRADE, 2021: 640). Mas o interessante é que a sífilis data do final do século XV, com o início das grandes navegações no período do capitalismo expansionista. E vemos então, sem sermos forçosos, que ela surge com o projeto de colonização. Mais além, que o germe do fascismo está presente desde que as caravelas aqui aportaram.

O fascismo tropical em Oswald de Andrade ganha o tom microbiano – a sífilis. Com isso, inaugura-se uma perspectiva do fascismo que passa pelo plano microscópico, operando, portanto, em uma dimensão imperceptível. Ele pode manter-se latente por muito tempo e manifestar-se através de sintomas, e é quando os sintomas aparecem, a única manifestação visível da infecção, que se poderá inferir que ali há algo de estranho acontecendo, algo perigoso e temível. Por exemplo, os camisas-verdes do integralismo eram o sintoma do fascismo sífilítico, mas até a sua manifestação o contágio se dava de modo silencioso.

Não só as infecções microbianas ameaçam a nossa existência. Os vírus também. Uma bactéria não é um vírus, certamente: bactérias são seres vivos – embora haja cientistas que não os consideram seres vivos –, os vírus não. Nem

toda bactéria causa infecção como os vírus; e os vírus, diferentemente das bactérias, precisam de um hospedeiro: ao se instalar nas células, ganham vida, reprogramando-as para a sua reprodução, até o momento em que serão liberados na forma de partículas infecciosas. Além do mais, a mutação do vírus é tamanha que torna difícil encontrar meios para combatê-lo.

Na década de 1930, o Integralismo era essa força fascista sífilítica, mas não podemos insistir que ele é o mesmo hoje em dia. Na verdade, para a sífilis a penicilina foi o antídoto. Agora, o problema do fascismo é outro; ele não é mais microbiano, mas viral e pandêmico, marcando uma distinção entre uma forma e outra de fascismo, uma força e outra de contágio e propagação. É isso que está sendo colocado, quase um século depois, em relação à realidade brasileira. Há uma modulação do fascismo brasileiro, onde o tempo entre o contágio, a manifestação dos sintomas e o perecimento é muito mais curto e insidioso. Oswald foi capaz de escrever com sarcasmo e ironia sobre o Integralismo porque a força protofascista naquele momento não havia reunido as condições para contaminar e se apropriar do aparelho de Estado. No estado em que nos encontramos atualmente, o enunciado carrega muito mais o temor que a zombaria, pois que a força viral do fascismo penetra e se apropria cada vez mais do aparelho de Estado, e os perigos que nos cercam são cada vez maiores.

Em um importante texto chamado *Epidemiologia política*, publicado durante o período em que fomos surpreendidos com a chegada da covid-19, e que mudou radicalmente os modos de organização da vida em sociedade, Danichi Mizoguchi e Eduardo Passos fazem uma análise do fascismo tropical tendo como mote o vírus, este não mais circunscrito somente ao campo da biologia. O problema colocado ganha contornos políticos: o vírus da covid-19 recolocou a nossa relação com a morte não mais como um acaso, mas, tal como havia acontecido com a experiência de guerra narrada por Freud (2020), como um acontecimento incontornável. É evidente, por outro lado, que nos regimes coloniais a morte sempre esteve presente, não como um acaso; e no caso brasileiro, passou a significar um perigo ainda maior, pois a força mortífera do vírus chegava através de quem menos esperávamos, e não mais somente do Estado ou da polícia.

Juntamente à chegada do vírus da covid-19 que tanto nos preocupou devido a sua letalidade, o cenário pandêmico brasileiro é marcado tragicamente também pela pandemia do fascismo. Resgatando a etimologia grega de epidemia, formada por dois termos: *epi* (sobre ou acima de), e *demos* (povo), Mizoguchi e Passos mostram como o uso dessa palavra quer nos dizer, sobretudo, que algo se coloca sobre ou acima do povo, não sendo uma ocorrência exclusiva da biologia. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, foi o lema da campanha eleitoral de Bolsonaro nas eleições de 2018; um signo de advertência de que algo também estava sendo colocado sobre ou acima do povo: uma epidemiologia política que não tem outro nome a não ser fascismo. O sentido infectológico e o sentido político da epidemia se sintonizam de tal modo que se pôde assistir “o contágio biológico da doença e da morte espalhando-se em um governo não menos mortífero – um governo que, mais do que isso, ecoando todos os lemas fascistas, é apaixonado pela morte” (MIZOGUCHI; PASSOS, 2021: 84).

Não foi nenhuma surpresa o fato de que o governo se posicionou contra as medidas restritivas do começo ao fim e se esforçou ao máximo para impedir o início da vacinação. Apaixonado pela morte – pois é assim que a força fascista se manifesta –, o que sempre esteve em questão era a união dos esforços de destruição à força de destruição do inimigo, acelerando ao máximo o contágio viral e a consumação da vida. E se houve espanto até dos mais entusiastas do governo foi

porque a força mortífera do fascismo que antes se restringia às minorias e às existências dissidentes, especialmente a população negra, indígena, LGBTQIA+, e a esquerda, agora se alastrava de modo irrestrito.

O efeito operado por essa máquina que soma seus esforços mortíferos ao do vírus ele mesmo mortífero é o de produzir um outro modo de subjetivação política do desejo. Para além da morte iminente, nos vemos mergulhados em afetos tristes, em que a perspectiva de futuro desmorona e as saídas permanecem suspensas.

Precisamos levar a sério o que disse Foucault na última aula do curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France entre 1975 e 1976: a guerra e o racismo operam na biopolítica de modo que, para fazer viver, será preciso fazer morrer. A biopolítica está condicionada a uma política de morte, de tal modo que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”. E sendo assim, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2010b: 215).

No limite, a pureza de uma raça que sustenta a guerra total contra o inimigo funciona, no fascismo, de modo que não há outro objetivo a não ser a sua destruição, e a operação, como se mostrou na experiência nazista, foi que a força de destruição total do outro fez com que esse outro mobilizasse também forças para destruir aquele que se colocava como seu inimigo. Nesse sentido, o liame entre forças a princípio antagônicas é precisamente a força de separação e destruição própria do racismo enquanto tecnologia. Por um lado, a disjunção operada pela raça, e de outro, a junção operada pela guerra. Portanto, o que os liga é o que os separa, e o que os separa, é o que os liga. É por isso que Foucault dirá: “em consequência, não é simplesmente a destruição das outras raças que é o objetivo do regime nazista. A destruição das outras raças é uma das faces do projeto, sendo a outra face expor sua própria raça ao perigo absoluto e universal da morte” (FOUCAULT, 2010b: 218). É necessário a guerra a esse outro, sempre tomado como inimigo e ameaça direta à minha existência, para que o biopoder se exerça e o capitalismo se sustente. Nesse caso, que o fascismo reapareça de tempos em tempos recalibrado; e que se faça, paradoxalmente, o combate a essa máquina de guerra que surge do funcionamento da própria biopolítica e que ameaça a destruição total da vida.

Considerações finais

Retomando nosso problema inicial: o racismo, a xenofobia, a misoginia, a transfobia etc., poderiam ser entendidos como variações do fascismo? Queremos sustentar que, mais do que manifestações ou variações do fascismo, há um modo de funcionamento próprio do fascismo que faz operar no seu interior cada um desses elementos. No caso do racismo e de nossa realidade brasileira, vemos bem como toda política fascista depende da lógica racista, e que este é um problema inclusive para as democracias. Nesse sentido, buscamos escapar, no plano político e conceitual, da oposição que joga com o binarismo específico: democracia *versus* fascismo.

Além do mais, em se tratando de investimento de desejo que ora investe um polo específico, ora outro, o problema micropolítico do fascismo escapa de toda ordem representativa e individual. Poderíamos dizer que ele é o encantado de que fala Simas (2022): um encorpado que nem corpo é, mas que só corpo tem, e que

tem o poder de alterar o corpo, transformar a experiência no caminho não da negação da mortandade e afirmação do existir, mas da afirmação da mortandade e da negação do existir. Nesse sentido, é o próprio campo (ou corpo) social que investe e é investido, no contemporâneo, pelo fascismo; ou, para utilizarmos as palavras de Mbembe (2020), pela “política da inimizade”, de modo que isso ganha uma importância e um lugar constitutivo do sujeito.

Se podemos dizer que há oscilação entre um polo esquivo-revolucionário e outro paranoico-fascistizante no que concerne à realidade brasileira, essa oscilação é mais forte neste último polo, dada as condições da ascensão e proliferação do ódio e de uma política de morte, especialmente depois do golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff, da prisão política de Lula, do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, da vitória nas urnas de Jair Bolsonaro, da escalada do genocídio das populações minorizadas e de uma pandemia não só da covid-19, mas uma epidemia política de um governo apaixonado pela morte.

Sendo o problema da ordem do investimento de desejo em um plano micro-político, a montagem das estratégias de enfrentamento nos exige uma sofisticação maior, pois não basta somente localizar o ponto de irradiação do fascismo – o Estado ou seus representantes, um determinado grupo ou partido político. E nem mesmo a vitória de um pleito eleitoral é garantia do recuo das forças de destruição da vida.

Recebido em 29 de maio de 2023.
Aprovado em 28 de agosto de 2023.

Referências

- ANDRADE, Oswald de. *Obra Incompleta*. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 3. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. “Prefácio (Anti-Édipo)”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. pp. 103-106.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010a.

GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix. *Plan sobre el planeta: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares*. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón y Traficantes de Sueños, 2019.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MIZOGUCHI, Danichi; PASSOS, Eduardo. “Epidemiologia Política”. In: PELBART, P. P.; FERNANDES, R. M. (coord.). *Pandemia crítica outono 2020*. São Paulo: Edições SESC; n-1 Edições, 2021. pp. 82-91.

MUSSOLINI, Benito. “A doutrina do fascismo”. In: MUSSOLINI, Benito; TRÓTSKI, Leon. *Fascismo: o que é e como combatê-lo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. pp. 13-51.

PASOLINI, Pier Paolo. *Escritos corsários*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. *Umbandas: uma história do Brasil*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SCHREBER, Daniel Paul. *Memória de um doente dos nervos*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.

SCHUBACK, Márcia. *O fascismo da ambiguidade: um ensaio conceitual*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.

FREUD, Sigmund. *Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.